

SINDSEP-DF



Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF

MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS PRESENTES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(30 de setembro a 05 de outubro de 2013)

O Sindsep-DF vem a público apoiar a convocação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para a manifestação em defesa dos direitos indígenas presentes na Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Ao comemorar 25 anos de existência, em 05 de outubro deste ano, a Constituição Federal sofre o maior ataque de sua história, realizado pelos latifundiários da bancada do agronegócio no Congresso Nacional.

O papel da bancada ruralista no Congresso Nacional (DEM, PSDB, PMDB e PP, principalmente) é legitimar os interesses das transnacionais do agronegócio (sementes, agrotóxicos, adubos, máquinas agrícolas) contra o direito territorial dos indígenas, quilombolas e populações tradicionais brasileiras.

A intenção da aprovação da PEC 215/00, PEC 237/13, PLP 227/12 e PL 4.330/04 é impor a anulação dos direitos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, extinção das unidades de conservação, além da precarização das relações de trabalho para a expansão dos latifúndios.

A PEC 215 transfere a competência de demarcação das terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais do Poder Executivo para o Congresso Nacional. Tal medida visa esvaziar a FUNAI, INCRA e ICMBIO além de paralisar as demarcações, expropriar os territórios já demarcados dos indígenas, quilombolas e populações tradicionais e unidades de conservação.

A PEC 237 visa o arrendamento das terras indígenas para criação de bois e plantio de soja, resultando em mais desmatamentos, poluição de águas/nascentes e o fim da biodiversidade brasileira. A população tradicional vem sendo sistematicamente despejada dos seus territórios e transferidas pela via da força dos governos para a periferia das cidades brasileiras.

O PLP 227 visa ditar as atividades que compõem o relevante interesse público da União de forma a legitimar a expropriação dos territórios indígenas, quilombolas e das populações tradicionais através da implantação de hidrelétricas, rodovias, mineração e atividades do agronegócio, entre outros.

O PL 4.330/2004 regulamenta a terceirização, precarizando as relações de trabalho para que os direitos dos trabalhadores (as) sejam reduzidos/anulados e os lucros aumentados.

A Concentração Nacional em Defesa da Constituição Federal entre 30 de setembro a 05 de outubro é tarefa urgente para enfrentar o retrocesso histórico sobre os direitos dos povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, agricultores familiares, unidades de conservação e dos trabalhadores brasileiros.

Nós, enquanto representantes dos servidores públicos não podemos estar ausentes desta luta, pois o que está em jogo é a soberania nacional.

Direção do Sindsep-DF, setembro de 2013